

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 493, DE 1999

Altera o inciso III do artigo 506 do C.P.C. e dá outras providências.

Autor: Deputado Enio Bacci

Relator: Deputado José Roberto Batocchio

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe visa a alterar dispositivo do Código de Processo Civil, para que o prazo de a interposição do recurso seja contado da data do quinto dia após a publicação da súmula do acórdão no órgão oficial.

Segundo a inclusa justificação, procura-se ampliar o prazo recursal quando ocorrer a intimação por órgão de imprensa, tendo em vista a dificuldade encontrada por muitos advogados, principalmente de comarcas distantes.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição atende aos requisitos de constitucionalidade (competência legislativa da União, atribuição do Congresso Nacional, legitimidade de iniciativa e elaboração de lei ordinária) e de juridicidade. A técnica legislativa,

entretanto, deverá ser alterada, a fim de adequá-la aos mandamentos da Lei Complementar nº 95/98, inclusive.

No que tange ao mérito, temos que é louvável a preocupação do ilustre Autor com o exercício digno da advocacia; a aprovação da proposta, por certo, facilitaria o desempenho da profissão dos advogados que residem ou militam em comarcas distantes do Interior.

O Código de Processo Civil, em seu art. 236, dispõe que, no Distrito Federal e nas capitais dos Estados, consideram-se feitas as intimações pela só publicação dos atos no órgão oficial. O art. 237, por seu turno, prevê que nas demais comarcas aplicar-se-á o disposto no artigo antecedente, se houver órgão de publicação dos atos oficiais; não o havendo, competirá ao escrivão intimar, de todos os atos do processo, os advogados das partes, o que deverá ser feito pessoalmente, tendo domicílio na sede do juízo, ou por carta registrada, com aviso de recebimento quando domiciliado do juízo.

É de se observar que nem sempre os serviços de Correios desempenham satisfatoriamente suas atribuições. Uma intimação pode ser recebida por um serviçal que não a entrega à parte ou ao seu advogado, fazendo-os perder prazo. A proposta dá mais garantia à defesa de direitos e à realização da Justiça.

Portanto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, na forma do Substitutivo, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 493, de 1999.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado JOSÉ ROBERTO BATOCHIO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 493, DE 1999

Altera o inciso III do artigo 506 do Código de Processo Civil – Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

Autor: Deputado Enio Bacci

Relator: Deputado José Roberto Batochio

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 506 do Código de Processo Civil - Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - passa a vigorar com a redação abaixo:

Art. 506. O prazo para interposição de recurso, aplicável em todos os casos o disposto no artigo 184 e seus parágrafos, contar-se-á da data:

I -

II -

III – do 5º (quinto) dia após a publicação da súmula do Acórdão no órgão oficial.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado JOSÉ ROBERTO BATOCHIO